

# Conheça os fatos ambientais que marcaram 2017

Categories : [Reportagens](#)

O ano de 2017 foi um ano difícil para a conservação. Mas ninguém poderá acusá-lo de ser um ano morno. Reviravoltas, avanços, ensaios, retrocessos (muitos retrocessos) e uma boa dose de drama marcaram os últimos 12 meses. Relembre aqui os principais fatos que marcaram o ano.

## Uma floresta chamada Jamanxim

No final de 2016, o governo escolheu [reduzir o tamanho](#) da Floresta Nacional do Jamanxim (Flona), localizada em Novo Progresso, no Pará, para resolver o caos fundiário da região, e em criar na parte desafetada uma Área de Proteção Ambiental. A novela de Jamanxim percorreu 360 graus e se encontra agora no mesmo ponto do final do ano passado: esperando ser analisada pelo Congresso Nacional, como projeto de lei.

Antes, as mudanças em Jamanxim veio através de Medida Provisória, que segue um rito próprio: precisam ser aprovadas em 60 dias. Esse prazo pode ser prolongado por igual período. Se aprovadas, viram lei. Se não aprovadas, caducam.

A Medida Provisória retirou 57% da área original de 1,3 milhão de hectares da unidade, quase duas vezes o tamanho da área metropolitana de São Paulo. Da redução total de 743 mil hectares, 438 mil foram adicionados ao Parque Nacional do Rio Novo e outros 305 mil hectares, um quarto da antiga Flona, viraram parte de uma nova Área de Proteção Ambiental (APA), a mais branda categoria de proteção brasileira, que permite propriedade privada -- leia-se, nesse caso, legalização de terras invadidas dentro dos seus limites.

Os parlamentares trataram de descaracterizar a MP, e as partes benéficas, como o ganho de área para o Parque, desapareceram, e outras Unidades de Conservação que não tinham nada a ver com a história, como o Parque Nacional de São Joaquim, em Santa Catarina, entraram na história.

Os ambientalistas reagiram e iniciaram uma campanha antes [da visita do presidente Temer à Noruega](#), o maior financiador do Fundo Amazônia. Num gesto feito para diminuir os protestos, foi acordado um veto à MP, com o acordo de cavalheiros entre governo e ruralistas de que a matéria voltaria para o Congresso, dessa vez não como medida provisória, mas como projeto de lei, que tramitaria em caráter de urgência.

O ministro Sarney Filho demorou para enviar o projeto e os ruralistas sentiram o golpe, ameaçando votar o projeto de lei que muda o licenciamento.

O projeto foi enviado, com urgência, e os parlamentares na comissão especial formada para

analisar o projeto [introduziram perdas em outras Unidades de Conservação](#) do mesmo jeito que fizeram com a Medida Provisória vetada. O governo abandonou o projeto por quebra de acordo e retirou a tramitação urgente.

A novela sobre a redução de Jamanxim ainda não terminou e será um dos assuntos de 2018.

## **Trump e as mudanças na política ambiental americana**

O presidente norte-americano cumpriu a sua promessa de campanha presidencial em relação ao meio ambiente. Começou o ano diminuindo em [31% o orçamento](#) da Agência de Proteção Ambiental dos Estados Unidos (EPA, na sigla em inglês), deixando o órgão com o menor orçamento dentre todas as agências federais.

Antes, colocou no comando do EPA um cético do clima e aliado das indústrias petroleiras: Scott Pruitt. O ex-procurador-geral do estado de Oklahoma assumiu o órgão que ele mesmo processou 13 vezes.

Na contramão do seu antecessor em diversas medidas, Trump ordenou revisão de [27 monumentos nacionais declarados desde 1996, entre eles Bear Ears](#), que 2016 foi declarado como monumentos nacional pelo então presidente Obama. Dois meses depois, retirou os Estados Unidos do Acordo de Paris.

Uma das últimas decisões do ano e não menos importante, o atual presidente dos EUA anunciou que [mudanças climáticas não fazem parte da Estratégia de Segurança Nacional](#) como havia determinado Barack Obama em 2015. Dessa forma, a administração Trump tem demonstrado traços de que não caminhará em defesa do meio ambiente.

## **A extinção e a volta da Renca**

Um dos assuntos mais polêmicos do ano e que causou muitos protestos da sociedade civil foi a decisão do governo Michel Temer, que assinou o [Decreto nº 9.142, de 22 de agosto de 2017](#), que extingue a Reserva Nacional de Cobre e seus associados, permitindo a exploração de mineração na região a empresas privadas.

Criada por decreto em 1984, no final da ditadura militar, a Reserva Nacional de Cobre e Associados determinava o monopólio do governo sobre qualquer atividade mineral em sua área, de 46.501 quilômetros quadrados. A área era bloqueada para a iniciativa privada exercer atividades de mineração.

Num primeiro momento, a extinção da Renca foi confundida com a revogação de áreas protegidas que estão situadas no local. A confusão é culpa do nome “reserva”. O fato de sete unidades de

conservação, incluindo o maior Parque Nacional em floresta tropical do mundo, as montanhas do Tumucumaque, e duas Terras Indígenas estarem sobrepostas à Renca acendeu o alerta vermelho dos ambientalistas e tomou conta das redes sociais. As vozes contrárias se estenderam até o palco do maior festival de música do ano, o Rock in Rio 2017.

Mediante repercussão negativa na sociedade civil, o governo, no dia 28, [revogou o decreto e editou um novo](#) (decreto nº 9.147/2017) “para clarificar a situação”. O texto diz que não haveria atividades de exploração de mineração em unidades de conservação ambiental e terras indígenas. O pequeno recuo não convenceu. Após críticas públicas de ambientalistas e do próprio ministro do Meio Ambiente, que havia se posicionado contra a abertura da Renca, Temer voltou atrás mais uma vez e o Ministério de Minas e Energia decidiu paralisar todos os procedimentos relativos à exploração minerária dentro da [Reserva Nacional do Cobre e Associados \(Renca\) por 120 dias](#).

## **Votação Código Florestal**

Após vários adiamentos, o julgamento de artigos do Novo Código Florestal ficará para fevereiro de 2018. O Supremo Tribunal Federal (STF) analisa, desde 2012, quatro Ações Diretas de Inconstitucionalidade e uma Ação Declaratória de Constitucionalidade sobre a lei atualizada em 2012 pelo Congresso Nacional.

Serão julgadas, em conjunto, quatro Ações Diretas de Inconstitucionalidade – três delas movidas pelo MPF e uma movida pelo PSOL –, que questionam a constitucionalidade de 58 artigos da [Lei nº 12.651/2012](#) (novo Código Florestal), que regulamenta a conservação e a recuperação de vegetação nativa dentro de propriedades rurais do país. Aprovada e sancionada em 2012, a lei tem um total de 84 artigos, dos quais 64% foram questionados no Supremo Tribunal Federal. Também está sendo julgada a Ação Declaratória de Constitucionalidade (ADC 42) proposta pelo Partido Progressista. De acordo com o partido, se o Supremo declarar o Novo Código Florestal constitucional, acabará com a insegurança jurídica no campo.

No dia 8 de novembro, o relator do processo, ministro Fux, considerou inconstitucional o Programa de Regularização Ambiental (PRA), por anistiar produtores rurais. O PRA tem por objetivo a adequação das Áreas de Proteção Permanente (APPs) e de reserva legal de propriedades rurais por meio de recuperação ou compensação, firmando termo de compromisso. A adesão ao programa confere benefícios, suspendendo sanções por infrações anteriores a 22 de julho de 2008 e afastando penalidades administrativas e punibilidade por crimes ambientais.

“Ao perdoar infrações administrativas e crimes ambientais pretéritos, o Código Florestal sinalizou uma despreocupação do Estado para com o direito ambiental”. Assim, o ministro votou pela declaração de inconstitucionalidade dos artigos 59 e 60 da lei.

O ministro considerou constitucional o artigo 15, no qual se admite o cômputo das APPs no cálculo

da Reserva Legal do imóvel. “Não é difícil imaginar que a incidência cumulativa de ambos os institutos em uma mesma propriedade pode aniquilar substancialmente sua utilização produtiva”, afirma. O cômputo das APPs no percentual da Reserva Legal, diz o ministro, está na área do legítimo exercício do legislador.

Em fevereiro, votarão os outros ministros.

### **Desmatamento: desce o da Amazônia, sobe o do Cerrado**

A derrubada da floresta amazônica saiu de 7.893 quilômetros quadrados, em 2016, para 6.624 km², em 2017. É como se um pouco mais de quatro cidades de São Paulo de vegetação tivessem sido perdidas entre agosto de 2016 a julho de 2017. No mesmo período do ano anterior, o país perdeu cinco cidades de São Paulo.

No mesmo ano em que o desmatamento na maior floresta do país diminuiu, o governo finalmente divulgou os primeiros dados sobre o desmatamento no Cerrado e a notícia é alarmante: apenas em 2018 o Cerrado perdeu 9.483 quilômetros quadrados de vegetação, o que equivale a mais de seis cidades de São Paulo e supera em 52% a devastação na Amazônia no mesmo ano.

### **Órgãos ambientais são atacados**

Em julho, moradores fecharam a BR 163 na altura de Novo Progresso, no Pará. Manifestantes protestaram contra o veto do presidente Temer que manteve o tamanho integral da Floresta Nacional (Flona) de Jamanxim, área que os ocupantes pleiteiam para aumentar a produção do município.

Durante o fechamento da rodovia, o [manifestantes queimaram](#) oito caminhonetes do Ibama, além da carreta que as transportava, em Cachoeira da Serra, às margens da rodovia BR-163 (Cuiabá-Santarém), no município de Altamira. O crime aconteceu na madrugada do dia 07 de julho. A ação foi feita por madeireiros e seria uma retaliação ao órgão por conta de uma operação que combateu a retirada de madeira da Terra Indígena Menkragnoti.

Ibama considerou a queima das caminhonetes um atentado e a presidente, Suely Araújo, mandou fechar todas as serrarias da região. "Foi um atentado contra ação legítima do Estado brasileiro", disse o diretor de Proteção Ambiental, Luciano Evaristo.

No final de outubro, prédios de órgãos ambientais pegaram fogo, viaturas foram tombadas, casas e carros de servidores do Ibama atacados em Humaitá, no Amazonas. Foi uma reação de garimpeiros e parte dos moradores à Operação Ouro Fino, contra o garimpo ilegal no Rio Madeira.

Políticos locais apareceram em imagens comemorando o ataque.

O ICMBio, que gere as Unidades de Conservação do país, também sofreu uma perda esse ano. Em agosto, [um guarda-parque foi assassinado por caçadores na Serra da Capivara](#), no Piauí.

### **Acidente com equipe do Ibama**

Na manhã de uma segunda-feira, dia 3 de julho, [um avião com uma equipe do Ibama caiu](#) sobre árvores logo após decolar na pista da empresa Paramazônia, município de Cantã, leste de Roraima. Quatro pessoas morreram, três eram servidores do Ibama -- os analistas ambientais Olavo Perin, de 35 anos, do Espírito Santo; Alexandre Rochinski, de 45 anos, de Santa Catarina e o técnico administrativo Sebastião Júnior, de 50 anos, de Roraima --. mais o piloto, Marcos Jardim. [O analista ambiental Lazlo Macedo de Carvalho, de 44 anos, foi o único sobrevivente do desastre aéreo.](#)

[A aeronave havia sido alugada pelo Exército](#) para levar os servidores do Ibama para uma operação de combate à mineração ilegal na Terra Indígena Yanomâmi, área de fronteira, em uma ação da Operação Curare VIII.

Lazlo teve 50% do corpo queimado, principalmente os membros superiores, sofreu danos de fuligem na traqueia e nos pulmões. O seu estado de saúde quando chegou ao Centro de Tratamento de Queimados (CTQ) era considerado grave, mas ele reagiu bem ao tratamento, o que impressionou até a equipe médica, e deixou o hospital 84 dias após a internação.

### **10 anos do Instituto Chico Mendes: ((o))eco em trilha**

Em 2017, o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) completou dez anos de existência. O aniversário do órgão ambiental, que é responsável pela gestão das unidades de conservação federais, incluiu uma programação especial: a realização de 10 travessias em áreas protegidas.

((o))eco acompanhou de perto essa jornada que começou em junho, na vastidão do Cerrado, no recém-ampliado [Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros](#) (GO). Passou pelas dunas construídas pelo vento no [Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses \(MA\)](#), percorreu as paisagens ancestrais do Parque Nacional da [Chapada dos Guimarães \(MT\)](#) e subiu as montanhas do [Parque Nacional da Serra do Cipó \(MG\)](#). Em agosto, no mês de aniversário, foi para [Reserva Extrativista Chico Mendes \(AC\)](#) conhecer os caminhos escondidos sob a copa das árvores na Floresta Amazônica. Em setembro, a travessia teve como cenário as imponentes formações rochosas do [Parque Nacional da Chapada Diamantina \(BA\)](#) e no mês seguinte chegou na unidade de conservação mais antiga do país, o [Parque Nacional do Itatiaia \(RJ\)](#). A caminhada foi das montanhas para o litoral, na paradisíaca paisagem do Parque Nacional Marinho de Fernando de Noronha (PE) e na reta final das comemorações, chegou em no Parque Nacional da Tijuca (RJ), o mais visitado do país, no coração da Cidade Maravilhosa. A última travessia programada para

comemorar os dez anos de existência do órgão será realizada no Parque Nacional da Serra dos Órgãos (RJ), um dos berços do montanhismo brasileiro, em janeiro.

## **Novas espécies**

Como todo ano, em 2016 também foram descobertas novas espécies. Destacamos a descoberta de [duas novas espécies de sapos nas montanhas](#) da Mata Atlântica que pertencem ao gênero *Brachycephalus*.

No Panamá, [uma nova espécie de peixe-elétrico foi descoberta](#). Pequeno, com comprimento variando de 16 cm a 30 cm, o *Eigenmannia meeki* difere das outras espécies do gênero pela posição da boca, padrão de coloração, número de escamas, e disposição dos dentes.

Outro destaque foi a separação de 21 novas espécies de aves tropicais em espécies distintas. [A diferenciação foi feita usando as divergências sonoras dessas aves](#), que pareciam ser da mesma espécie. Os estudos, desenvolvidos pelos pesquisadores Benjamim Freemam, da Universidade of British Columbia, e Graham Montgomery, da Cornell University, demonstram que, quando os sons eram muito diferentes, os pássaros de populações separadas, embora tidos como da mesma espécie, não se reconheciam.

Na Caatinga, [um guia mapeou](#) todas as serpentes registradas no bioma: 114 espécies de serpentes ao todo. Nas várzeas da Amazônia, um estudo descobriu [onça viva vale muito mais do que gado morto](#). E por falar em gado, ((o))eco se debruçou esse ano no impacto da pecuária na Amazônia. Foram 11 reportagens de fôlego sobre o assunto, como o

[“O dribble do gado: a parte invisível da cadeia da pecuária”](#), [“Cadeia invisível”](#), [“Governo contra governo: sem guia de trânsito, gado ilegal no Pará fica impune”](#) e [“Origem desconhecida”](#).

## **Leia Também**

<http://www.oeco.org.br/noticias/retrospectiva-ambiental-2016/>

<http://www.oeco.org.br/noticias/16-fatos-marcantes-para-o-clima-em-2016/>